

Título do trabalho: Participação de mulheres em partidos políticos na América Latina
– uma agenda de pesquisa

Autora: Mariana Alencar Sales; Flávio Badaró Cotrim

Correio eletrônico: mariana.alencarsales@gmail.com

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Área Temática: 12. Partidos e Sistemas de Partidos

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).
Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

Resumo

Os espaços de poder, formulação e decisão política são ocupados de forma diferenciadas por homens e mulheres. A implantação de novas regras para o sistema político que considerem a desigualdade de gênero existente na sociedade são uma importante estratégia de diversificação da representação e promoção da participação política. A América Latina tem sido palco de avanços importantes nesse sentido, através da implantação de políticas afirmativas para inclusão de mulheres no sistema político. Aposta-se nesse estudo que, para além das iniciativas existentes que têm focado na instituição de regras para aumentar a permeabilidade feminina no sistema político, as relações de poder existentes no interior dos partidos políticos podem importar no debate sobre a participação de mulheres na política e às possibilidades de fortalecimento do ideário feminista. A literatura nos indica que a ampliação progressiva da participação política de mulheres tem produzido efeitos também no interior dos partidos, que também vem lançando mão de estratégias organizacionais internas para atender esta reivindicação (ARAUJO, 2005; NORRIS & LOVENDUSKY, 1993). Todavia os estudos organizacionais de partidos latino-americanos produzidos por Alcantara (2001) não foram capazes de captar as relações de gênero e suas implicações no funcionamento e atuação dos partidos. Acredita-se que esta agenda de pesquisa possa elucidar como as desigualdades de gênero no interior dos partidos latino-americanos podem também interferir na democracia, contribuindo na limitação da participação de mulheres nos espaços formais de representação e organização política previstos no sistema político bem como na visibilidade e inclusão de ideias de interesse das mulheres nos programas partidários.

Palavras-chave: partidos; mulheres; américa latina

1. INTRODUÇÃO

O estudo dos partidos políticos possui relevância já reconhecida no âmbito da Ciência Política, com mais de um século de produção teórica sobre o tema (AMARAL, 2010). No entanto, as produções teóricas relevantes, em especial aquelas construídas com base empírica, tem sido voltadas para estudo do cenário europeu, sendo o estudo mais profícuo na América Latina sobre o tema desenvolvido por Manuel Alcantara e Flávia Freidenberg, no ano de 2001.

As discussões sobre a participação das mulheres na política e sua importância para análise da qualidade da democracia tem se tornado cada vez mais presente na sociedade, se penetrando nos sistemas políticos através da institucionalização de medidas para promoção da igualdade de gênero em diversas esferas da vida pública, incluindo a esfera da representação e participação política. Haja vista a vasta produção teórica existente sobre os aspectos organizacionais de partidos políticos, a temática da desigualdade de gênero e os impactos que esta produz nas relações de poder e na organização do funcionamento dos partidos nos parece ter permanecido invisibilizada.

O olhar para participação das mulheres no interior dos partidos políticos nos parece ser um aspecto importante para análise da participação das mulheres na política, considerando a relevância dos partidos políticos nos regimes democráticos. Apesar da ausência desse debate nas produções teóricas que tratam dos aspectos organizacionais de partidos, em especial no contexto da América Latina, compreendemos ser esta uma agenda de pesquisa próspera no âmbito dos estudos organizacionais de partidos da Ciência Política contemporânea.

Isto posto, o presente trabalho foi estruturado em duas grandes sessões. Primeiramente apresentaremos as contribuições identificadas nas principais obras que tratam dos aspectos organizacionais de partidos, oferecendo em seguida destaque para os estudos de Manuel Alcantara e Flávia Freidenberg sobre o contexto latino-americano. Na segunda seção trataremos do problema da participação de mulheres na política, buscando apontar as implicações da desigualdade estrutural de gênero na plena inclusão desta parcela da população na vida pública. Considerando os avanços obtidos em especial com as ações afirmativas e políticas de cota implantadas para promover maior inserção das mulheres no sistema político, na ocupação de cargos

eletivos, ainda persiste consideravelmente minoritária a presença feminina nos espaços de poder. Deste modo, buscaremos apontar a necessidade de enfrentamentos das barreiras de acesso das mulheres à política, através do olhar para o interior dos partidos políticos.

2. O QUE NOS DIZEM AS TEORIAS QUE ABORDAM OS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DE PARTIDOS POLÍTICOS?

Pode-se dizer que o surgimento dos partidos está relacionada à necessidade de êxito na disputa de ideias e interesses em contextos democráticos, uma vez que a organização de indivíduos possibilita maiores chances de sucesso (MICHELS, 1982). Assim, os partidos políticos constituem-se como “um dos vários canais de organização coletiva e de veiculação de ideias em relação à vida social e política” (ARAÚJO, 2005). Alguns autores apontam os partidos políticos como principal forma organização da competição eleitoral e estruturação dos regimes democráticos (AMARAL, 2013), sendo atribuída menor relevância ao aspecto ideológico e, por consequência, ao papel do partidos para organização da disputa de ideias conflitantes existentes no corpo social.

Haja vista a importância adquirida pelos partidos políticos nos regimes democráticos contemporâneos, as suas formas de funcionamento, de estruturação e as relações estabelecidas pelos partidos entre si e destes com o sistema político tem sido objeto de diversos estudos no âmbito da Ciência Política desde o início do século XX (IBIDEM).

No entanto, a despeito da vasta produção teórica existente sobre partidos políticos e os aspectos relacionados às suas relações com o sistema político e à competitividade eleitoral, os estudos sobre aspectos organizacionais das organizações partidárias são ainda escassos.

Robert Michels foi um dos grandes expoentes teóricos na discussão sobre a organização interna dos partidos políticos. O autor trouxe contribuições significativas ao debate sobre a distribuição de poder no interior dos partidos e suas repercussões organizativas. Nesse sentido, Michels defendeu que as organizações partidárias, independentemente de suas origens, produzem a oligarquização de lideranças (MICHELS, 1982). Para o autor, tanto mecanismos técnicos, quanto psicológicos,

seriam responsáveis pelo processo produção de lideranças especializadas e desconectadas do corpo militante do partido, possuindo os primeiros maior relevância causal devido à divisão do trabalho, especialização e a indispensabilidade técnica da liderança para a atuação partidária (IBIDEM). Deste modo, a dominação do conhecimento das lideranças sobre o funcionamento da organização acabaria por conformar uma “classe profissional” dominante e dissociada dos demais membros - o que ele descreve como processo de *oligarquização* – que levaria, por sua vez, à redução da participação interna e acomodação das relações à lógica da democracia liberal.

Devido à expressão alcançada por sua obra, diversos autores que se propuseram a estudar a temática, se voltaram para análise dos achados apresentados pelo autor. Dentre as críticas apresentadas à tese de Michels, são apontadas lacunas referentes à estratégia metodológica de pesquisa empírica utilizada pelo autor e também à imprecisões conceituais no que tange às concepções de burocracia, organização e oligarquia e poder no âmbito dos partidos políticos (BRAGA, 2012).

Peter Medding (1970) questiona o grau de oligarquização ou de redução da participação que pode haver nos partidos políticos, considerando o contexto de competição pelo apoio do público em geral. Para o autor, a competitividade por eleitores e filiados produzida pelo sistema político faz com que as preocupações com a homogeneidade social no interior do partido e a relação de controle entre líder-liderado seja reduzida.

Ainda, para Medding (1970) o sucesso da atuação das lideranças no interior dos partidos é possibilitado pela capacidade de adequação das decisões tomadas com as expectativas dos militantes, seus seguidores. Assim, na análise das relações produzidas entre lideranças e liderados no interior dos partidos políticos, o autor coloca em evidência as características de negociação ou de construção de consenso, em vez do caráter coercitivo, próprio da relação de dominação e da lógica da “lei férrea” defendida por Michels.

Além disso, cabe destacar as lacunas existentes na obra de Michels também no que tange à observação das implicações que as desigualdades de gênero podem gerar no processo de oligarquização ocorrido no interior dos partidos. Tal aspecto nos parece ser importante, uma vez que diante da condição social feminina, as lideranças partidárias (ou oligarquias, seguindo na perspectiva de Michels) tendem a ser majoritariamente

masculinas. Isto, por sua vez, pode impactar na forma de operação da política, na priorização ou invisibilidade de determinadas pautas pelo partido, dentre outras questões.

Outro autor de grande relevância nos estudos sobre a organização partidária foi Maurice Duverger (1987), que buscou contribuir para a construção de uma teoria geral sobre a natureza dos partidos, propondo tipologias relacionadas à análise sobre a sua origem, posição ideológica e comportamento dos partidos políticos. A partir de uma análise comparativa entre partidos europeus, Duverger propôs a caracterização do que conhecemos como *partidos de quadros* e *partidos de massa*.

Os partidos de quadros seriam os exemplos de primeiras organizações partidárias, formadas no século XIX, caracterizadas por terem origem no parlamento, apresentarem alta concentração de poder de decisão nas mãos de suas lideranças parlamentares, terem baixa intensidade de organização interna, fraca articulação entre suas instâncias organizacionais, ausência de critérios claros de filiação e financiamento vinculado a setores privados. Com o progressivo avanço dos direitos políticos e a incorporação de grande contingente de pessoas na política, em especial através do voto, abre-se o cenário para o surgimento dos partidos de massa. Estes, por sua vez, de acordo com os estudos de Duverger, estes partidos se caracterizam por surgirem no seio das pretensões políticas comunistas que almejavam a organização do conjunto dos trabalhadores, portanto, fora da arena parlamentar; terem alta intensidade de organização interna e forte articulação entre suas instâncias, apresentar requisitos claros de filiação, forte caráter doutrinário e financiamento compartilhado entre os membros.

A partir das características apontadas, Duverger defendeu que o modelo de partido que mais se adaptaria às exigências impostas pelos regimes democráticos seriam os partidos de massa, o que imprimiria, por sua vez, em uma necessária adequação por parte dos partidos de quadros, para garantia de sua sobrevivência.

Em uma crítica à previsão de Duverger de que as características dos partidos de massa se espalhariam e predominariam entre os partidos políticos, Otto Kirchheimer apontou para a ocorrência de um processo de redução da polarização política e de homogeneização ideológica existente entre os partidos, ao passo em que a competição e o sucesso eleitoral passava a ser mais valorizado. Assim, antes fortemente vinculadas às tradições socialistas que valorizavam as distinções de classe, as organizações partidárias

passaram a produzir discursos e políticas mais genéricas e voltadas a grupos de interesses variados, em função dos objetivos de maximizar os resultados eleitorais. A estes tipos de partidos, o autor denominou de *partidos tipo catch all*.

A partir desta passagem rápida por alguns dos principais autores sobre organizações de partidos no campo da Ciência Política, voltamos nosso olhar agora para as contribuições específicas que buscam entender o contexto regional das experiências latino-americanas.

O aspecto organizacional dos partidos na América Latina

Pode-se dizer que a iniciativa de investigação de maior fôlego, tanto teórica como empírica, de caráter sistemático comparado, realizada na América Latina sobre os aspectos organizacionais dos partidos foi feita por Manuel Alcantara e Flávia Freidenberg.

Estes autores centraram o olhar para as agremiações partidárias como micro-sistemas em si, procurando aprofundar a compreensão sobre o funcionamento dos mesmos. No estudo realizado foram capazes de analisar de forma comparativa 56 (cinquenta e seis) partidos políticos distribuídos em 18 (dezoito) países da América Latina.

Considerando os poucos estudos na área, Alcantara e Freidenberg (2001) apontam a falta de consensos existentes sobre as estratégias metodológicas mais adequadas para análise das organizações partidárias, em especial, para a realização de análises comparadas nas quais os partidos observados estão inseridos em contextos diversos: dentro do mesmo sistema político – quando a comparação ocorre apenas entre partidos do mesmo país – mas também devemos pensar nas ferramentas necessárias para produzir condições de comparabilidade entre partidos inseridos em sistemas políticos distintos, como ocorre nas abordagens regionais, por exemplo, no caso das contribuições oferecidas pelos estudos realizados com partidos europeus, e também do próprio estudo desenvolvido pelos autores ao qual nos focaremos neste momento, no contexto latino-americano.

O estudo de Alcantara e Freidenberg (2001) buscou revalorizar o papel dos partidos na região, possibilitando explicitar como tem funcionado estas organizações

que são tão centrais para a democracia. Para os autores, a compreensão integral do funcionamento dos partidos deve considerar suas formas de organização interna mas também suas relações com o entorno, já que muitas das vezes as características dos partidos se diferenciam bastante conforme a esfera de atuação em que seus membros se encontram inseridos. Deste modo, os autores propõem a realização de análise no âmbito interno, observando suas regras, grau de hierarquização e especialização entre seus membros (*como organização burocrática*), sua maneira de recrutar, de promover a participação e o controle dos filiados, de formular os posicionamentos políticos (*como organização voluntária de membros*); e no âmbito externo, observando a atuação partidária nas eleições (*como organização eleitoral*), nos órgãos de gestão pública (*como organização de governo*) e nas instâncias de representação legislativa (*como organização legislativa*). Somente a partir da visão dessas 5 faces ou esferas de atuação da organização partidária seria possível compreender a política construída pelo partido.

A escolha dos partidos para realização do estudo considerou a sua relevância no cenário político nacional, sendo observados como critérios a obtenção de representação na Câmara dos Deputados Nacional nas últimas três eleições, a superação da barreira de 5% do eleitorado, também nas últimas três eleições, a dispersão da representação nos distritos e, por fim, a sua influência na dinâmica partidária do sistema político.

Quanto à influência dos aspectos externos na organização dos partidos latino-americanos são destacados os períodos de interrupção da ordem democrática e instituição de ditaduras, interferindo diretamente na atividade partidária dos países da região. Em seguida, com a transição política e retomada dos princípios democráticos, as mudanças institucionais que se fizeram também foram de grande importância para configuração dos partidos, a saber: a forte descentralização política ocorrida nos países de caráter federal; as transformações nos sistemas eleitorais (em especial a introdução do segundo turno das eleições); as possibilidades de reeleição presidencial. A descentralização política, por exemplo, foi para os autores um elemento importante para a flexibilização das estruturas partidárias que tiveram que se adaptar ao novo sistema, ampliando seu espectro de lideranças e militantes ativos para atuar nos diferentes locais e momentos eleitorais ocorridos no país. A possibilidade de segundo turno nos processos eleitorais, por sua vez, acaba colocando em risco aqueles partidos que

possuem baixa capacidade de coalizão, ao mesmo tempo em que favorece a consolidação dos partidos com maior relevância eleitoral.

Além disso, os autores citam a forte introdução da política neoliberal na América Latina e o progressivo impacto dos meios de comunicação nas campanhas eleitorais como fatores que produziram mudanças significativas nos partidos, no que referem às suas formas de financiamento, às relações sociais estabelecidas, à identidade e estratégia política (Ibidem).

No que se refere ao âmbito interno, para Alcantara e Freidenberg a dimensão organizativa dos partidos latino americanos é constituída de três elementos: a) os aspectos organizativos em si; b) as características das lideranças; e c) o entorno associativo. Para análise dos *aspectos organizativos*, os autores observaram se a estrutura de funcionamento dos partidos analisados era contínua, intermitente ou essencialmente voltada para a competição eleitoral; como se caracteriza o nível das infra-estruturas e burocracia partidária a partir do olhar sobre os diferentes elementos, instâncias e estruturas organizativas e sua dispersão no território nacional; qual a origem de financiamento para as campanhas eleitorais; se o partido tem priorizado a ampliação de sua base de militantes ou a sua base eleitoral e, por fim, a intensidade da vida partidária, atentando-se ao número e intensidade de reuniões, bem como à difusão de comunicações entre os diferentes níveis da estrutura partidária. Quanto às *características das lideranças*, foi observado o grau de concentração e hierarquização existente entre a elite dirigente e o corpo militante, a capacidade das mesmas de conseguir imprimir sua posição nos processos decisórios e a predisposição da militância em acatar as decisões tomadas. Por fim, o que os autores chamaram de *entorno associativo* refere-se à análise das relações estabelecidas entre o partido e as diversas organizações sociais, sendo este elemento responsável por identificar a rede de articulações políticas estabelecidas e os interesses envolvidos nestas relações, observando se as mesmas estão localizadas mais próximas ao setor público, aos movimentos populares ou organizações privadas de caráter empresarial. Cabe salientar ainda que todos os elementos analisados se basearam em entrevistas realizadas com militantes dos partidos.

Diante disso, os estudos apontaram que a maioria dos partidos latino-americanos estudados possuem estrutura de funcionamento contínua. Os casos

sinalizados que não apresentaram estrutura contínua referem-se a organizações que se caracterizam como frente eleitorais desde sua fundação, ou não se reconhecem como partidos em si, sendo, portanto, esperado para as mesmas tal condição. Além disso, a maioria dos partidos também se caracterizaram por apresentar um nível alto de infraestrutura, sendo somente 2 partidos caracterizados com baixo nível. Como assinalam os autores, ao contrário do que se referem alguns artigos de opinião que apontavam para crise dos partidos latino americanos, os achados podem sugerir a compreensão dos mesmos como organizações sólidas, contínuas, estruturadas, com infraestrutura e burocracia organizadas.

Já no que se refere ao nível de vida partidária, os partidos estudados se diversificam bastante, sendo conferido maior destaque, por um lado, aos partidos salvadorenhos, nicaraguenses e dominicanos que cujos militantes entrevistados, em sua totalidade, qualificaram alto o nível de vida interno de suas organizações; e por, outro lado, a maioria dos militantes dos partidos brasileiros classificaram como baixo o nível de vida partidária interna. Vale destacar, todavia, a percepção dos autores de que os partidos de esquerda tende a apresentar estruturação e vitalidade mais acentuadas em comparação aos partidos de centro e direita analisados.

A despeito de ter sido um tema de difícil esclarecimento, posto à ausência de clareza das respostas dos militantes entrevistados sobre o assunto, as características do financiamento de campanha são de grande importância para conhecer como se dá a corrida por recursos financeiros. Nesse sentido, Alcantara e Freidenberg afirmam que na América Latina, à época, predominava o financiamento individual pelos candidatos. E ainda, quanto à estratégia definida pelo partido em relação à sua base, a maior parte dos militantes entrevistados sinalizou a preferência pela expansão da base eleitoral frente à ampliação do número de filiados. Somente os partidos de Costa Rica e Paraguai caracterizaram em sua totalidade a maior preferência pela busca de filiados que de eleitores. Cabe assinalar também a percepção dos autores sobre a tendência dos partidos que priorizam a ampliação da base de filiados serem considerados de esquerda, ao passo que a maioria daqueles que apostam na maximização do sucesso eleitoral serem definidos como partidos de direita.

No que se refere às lideranças, como já mencionado anteriormente, os autores reforçam a importância de reconhecermos a influência do presidencialismo e do grau de

descentralização política do país na construção destes atores no interior das agremiações partidárias. Apesar da percepção histórica que se carrega sobre as influências do caudilismo e do presidencialismo na construção de lideranças partidárias fortes na América Latina, os autores apontam que grande parte dos militantes partidários entrevistados não compartilham a percepção da existência de uma liderança central específica e determinante para a atuação partidária. Apenas um terço dos partidos analisados consideram ter uma liderança nacional forte e influente nas decisões internas, como definição de candidatos para eleições nacionais.

Na análise realizada, o sucesso eleitoral em representações no Congresso são um elemento importante no grau de autonomia que estas lideranças alcançam internamente nos partidos latinoamericanos. Nesse caso, os autores apontam que a forma de financiamento - prioritariamente baseada na captação individual de recursos pelo próprio candidato - contribui para esta flexibilização.

Outro aspecto relevante assinalado por Alcantara e Freidenberg no que se refere à análise das lideranças é o grau de autonomia dos políticos regionais frente aos líderes nacionais. Nesse ponto, os autores destacam que na maioria dos partidos estudados as lideranças regionais parecem lograr de certa autonomia frente aos líderes nacionais, sendo ainda apontadas como “freios” importantes ao poder daqueles. Os autores destacam ainda que o caráter descentralização do sistema político nos países não parece ter contribuições significativas para a definição desta relação.

Em alguma medida, na análise realizada pelos autores, foi observado também aspectos relacionados à convivência de divergências de opiniões políticas e ao grau de democracia interna. Desse modo, Alcantara e Freidenberg apontaram a diferenciação clara de dois tipos de partidos, os que prezam pela unidade e aqueles que permitem a conformação de correntes internas dissidentes. Nesse sentido, foi possível identificar correlações significativas entre o espectro ideológico e as variáveis organizativas, nas quais os partidos de direita tendem prezar mais pela unidade e por consequência apresentam reduzido debate ideológico interno, enquanto os partidos de esquerda tendem a conviver melhor com diferentes opiniões e intenso debate ideológico interno, alcançando estabilidade e viabilidade por meio de compromissos internos assumidos.

A partir desses aspectos, os autores puderam observar que

“(...) os partidos com alto grau de democracia interna, contam com militantes que acatam com maior predisposição

as resoluções do partido, e, em sentido contrário, que os partidos com menor democracia interna contam com militantes menos inclinados a acatarem as resoluções do partido, se pudermos considerar dois grupos de partidos.”[1] (ALCANTARA & FREIDENBERG, 2011; p.144)

Seguindo a apresentação dos resultados encontrados na análise dos partidos latinoamericanos, de acordo com os autores, as relações associativas ou articulações políticas construídas pelos partidos podem ser consideradas como uma dimensão do seu universo organizativo. A maioria dos partidos latino americanos estudados apresentaram uma rede de agrupamentos sociais analisados aos quais se associam no cotidiano de sua prática política, sendo destacados somente os partidos paraguaios e outros 8 de países diversificados não apresentaram relação significativa com nenhuma das organizações da sociedade civil analisadas.

A partir da análise realizada, Alcantara e Freidenberg apontaram uma grande diversidade de cenários associativos e sugerem a existência de relação entre orientação ideológica e o tipo de atores sociais com os quais se relacionam politicamente. Deste modo, os partidos de centro e direita tendem a se relacionarem mais com atores considerados “não populares”, como associações profissionais e empresariais; e os partidos de esquerda seriam orientados a construir relações com atores sociais de caráter popular, como os sindicatos, grupos étnicos minoritários e novos movimentos sociais. Todavia, os autores avaliam que ainda assim, diante do contexto de competitividade política entre as organizações partidárias, é comum também observar partidos que compartilham do mesmo campo ideológico mas que possuem articulações com tipos diferenciados de atores da sociedade civil. Por exemplo, alguns partidos de esquerda que estão mais próximos com organizações sindicais e outros, que também são considerados de esquerda mas que estão mais próximos de grupos étnicos minoritários e dos ditos “novos movimentos sociais”.

Por fim, em uma tentativa de sistematização dos resultados encontrados, os autores propõem uma classificação dos partidos latinoamericanos de acordo com suas características organizacionais, apresentando quatro tipos a saber: *os partidos institucionalizados, os partidos democráticos, as máquinas eleitorais e máquinas caudilistas*. Os partidos analisados aparecem simultaneamente em categorias distintas,

por compartilharem, muitas vezes, características contraditórias e aparentemente incompatíveis entre si.

Como podemos observar, o estudo de Manoel Alcantara e Flávia Freidenberg é de fundamental importância para desmistificação e possível desomogeneização na compreensão da realidade política latinoamericana. No entanto, a despeito de terem considerado aspectos como a defesa da igualdade de gênero, a posição sobre aborto entre as categorias para identificação dos valores e classificação do espectro ideológico dos partidos, na análise realizada a categoria de gênero não foi considerada como um aspecto relevante na conformação das relações internas nos partidos.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

As reflexões sobre a participação das mulheres na política partem da constatação de que os espaços de poder, formulação e decisão política são ocupados de forma diferenciadas por homens e mulheres, sendo estas últimas minoria. Todavia, o debate sobre a participação das mulheres na política deve levar em conta o reconhecimento tardio do estatuto de cidadania e a longa exclusão das mesmas na ordem política. Apenas a partir do final do século XX as mulheres começaram a alcançar a efetivação dos direitos políticos, expressos sobretudo no exercício do voto. Tão somente em 2015, com a participação das mulheres nas eleições ocorridas na Arábia Saudita, não foi mais possível identificar nenhum país no mundo no qual as mulheres estivessem formalmente alijadas das decisões políticas através do impedimento do voto.

A fim de apresentar uma explicação à condição de exclusão das mulheres da vida política na sociedade moderna, Carole Pateman (1993) afirmou que as mulheres não foram consideradas como sujeito no contrato social originário da sociedade civil e do Estado Moderno, sendo, ao contrário, objeto de decisões políticas tomadas por homens. Desta forma, os homens, e consequentemente o conjunto da sociedade, não estariam preocupados com o problema da incorporação política das mulheres e, consequentemente, na defesa de seus interesses nos compromissos estabelecidos na esfera pública.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas pelos movimentos feministas no que tange a participação política de mulheres, ainda persistem diversas limitações que restringem o ingresso das mesmas na vida pública (MIGUEL, 2014). A dominação masculina e o machismo impõem condições desfavoráveis à participação das mulheres, contribuindo substancialmente na naturalização das atribuições desiguais no que se refere ao trabalho doméstico e cuidado familiar, das diferenciações salariais que acentuam a precariedade da condição de trabalhadora assalariada, das percepções de fragilidade e passionalidade supostamente natas à condição feminina. Tal cenário corrobora ao afastamento de diversas mulheres da esfera pública e à produção de limitações ao desenvolvimento de habilidades importantes para atuação política que, se por um lado são estimuladas na socialização masculina, por outro, em detrimento das barreiras históricas e sociais colocadas, alimentam a inibição e insegurança à participação das mulheres.

De acordo com os dados da União Inter-Parlamentar - IPU, no ano de 2015, em todo o mundo, somente 22% dos parlamentares em âmbito nacional eram as mulheres, apenas 10 ocupavam cargos de chefes de estado e 17% dos cargos ministeriais eram ocupados por mulheres, sendo estes últimos em sua maioria ligados a pastas de políticas sociais como saúde e educação. Nos últimos anos a América Latina e Caribe protagonizaram um destaque importante neste aspecto, sendo a região do mundo com as maiores taxas de representação de mulheres no parlamento e alcançando o número de 5 chefes de estado, entre os 10 do mundo que, em 2015, estiveram ocupados por mulheres.

O aumento da participação de mulheres na política tem sido reivindicado como uma pauta democrática por uma série de motivos. Um deles aponta a necessidade de tornar o parlamento mais representativo do conjunto da sociedade e eleitorado; outro defende a existência de interesses específicos das mulheres que acabam sendo desconsiderados ou obstaculizados em instâncias decisórias hegemônicas pelo poder masculino, assim, estas teriam maior capacidade de *advocacy* de tais pautas; o terceiro argumento, e certamente o mais conservador e essencializante, reivindica que as habilidades de zelo e cuidado, características das mulheres, poderiam promover melhorias nas práticas políticas (MIGUEL, 2000).

A despeito das tensões que envolvem as discussões sobre a relevância oferecida à representação presencial de determinados grupos sociais politicamente excluídos em detrimento - ou contra-balanceamento - à representação de ideias (PHILLIPS, 2001), soluções institucionais, como as quotas de participação de mulheres nas candidaturas e reservas de assento no parlamento, têm sido debatidas e implantadas em diversos países do mundo para enfrentar o problema da baixa participação política deste setor (MATOS, 2007; DIAZ, 2003; MIGUEL, 2000).

A implantação de novas regras para o sistema político que considerem a desigualdade de gênero existente na sociedade é uma importante estratégia de diversificação da representação e promoção da ampliação da participação política. Na América Latina as experiências de cotas têm sido vivenciadas em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Nicarágua e Venezuela.

Outro estudo que demonstra a existência de uma lacuna nos estudos sobre a participação das mulheres no interior dos partidos políticos latinoamericanos é o trabalho apresentado por Alexandre Spohr e colaboradores (2016). Neste trabalho, os autores analisam a incidência e a efetividade do sistema de cotas e da lista fechada para o aumento da participação das mulheres nas esferas legislativas. Um conjunto expressivo de países e legislações são estudados, a partir dos quais chegam a conclusão que a combinação desses mecanismos proporciona um maior incremento da participação das mulheres no parlamento (SPOHR et al, 2016). Contudo, o estudo não avança na problematização de barreiras no interior dos partidos políticos, já que, esse aspecto é importante uma vez que pode-se encontrar efeitos colaterais que afetam a participação das mulheres antes que eles possam ser identificados pelos mecanismos estudados.

Todavia, mesmo diante das iniciativas implantadas, a despeito dos avanços ocorridos, persiste em situação de discrepante minoria a presença de mulheres no sistema político. Além disso, somadas as desigualdades de oportunidades vivenciadas nos mais diversos aspectos da vida social, torna-se necessário o reconhecimento da existência de outros fatores limitantes à participação feminina na política e, em especial, à permeabilidade de ideias que evoquem a igualdade de gênero (MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 2005; ARAÚJO, 2010).

Isto posto, nos parece razoável pensar que as relações de poder existentes no interior dos partidos políticos podem importar no debate sobre a participação de mulheres na política e às possibilidades de fortalecimento do ideário feminista. Nesse sentido, entende-se que as desigualdades de gênero no interior dos partidos possam também interferir na democracia, contribuindo na limitação da participação de mulheres nos espaços formais de representação e organização política previstos no sistema político bem como na visibilidade e inclusão de ideias de interesse das mulheres nos programas partidários.

As relações de gênero no interior dos partidos

A demanda de ampliação da participação política de mulheres tem produzido efeitos também no interior dos partidos, que, por sua vez, também vêm lançando mão de estratégias organizacionais internas para atender a esta reivindicação. Estudos comparativos mais recentes, envolvendo diversos partidos de democracias consolidadas, mostraram que as características internas dos partidos, no que tange, sobretudo, aos aspectos ideológicos e organizativos, exercem influência sobre o recrutamento e chances eleitorais das mulheres (KATZ & MAIR, 1992; NORRIS & LOVENDUSKY, 2004; NORRIS, 2007).

Considerando as diversas respostas institucionais existentes às demandas de participação política das mulheres, Pipa Norris (2004) sistematizou uma tipologia que engloba as principais características das estratégias já utilizadas ou que podem vir a ser utilizadas para analisar as medidas adotadas no âmbito dos partidos. Assim, Norris aponta 3 tipos de estratégias, a saber: o compromisso retórico, a adoção de ações afirmativas e a discriminação positiva. De acordo com a autora, a adoção dos tipos de medidas ou estratégias é influenciada pelo grau de organização das mulheres no interior dos partidos, o perfil ideológico dos mesmos, bem como pelas regras do sistema político.

A capacidade de organização das mulheres dos partidos em torno de seus interesses tem se mostrado como elemento de grande relevância à participação das mesmas e à adoção das estratégias pelas agremiações. Nesse sentido, a auto-organização das mulheres tende a exercer pressão interna, estimulando a implantação de estratégias

de promoção da participação das mulheres e fortalecimento das demandas das mesmas, através da ampliação do apoio das lideranças e da representação de seus interesses internamente (ARAÚJO, 2005; GODINHO 1996).

Em uma análise sobre a experiência da implantação de cotas de mulheres nos espaços de tomada de decisão no Partido dos Trabalhadores, no Brasil, Tatau Godinho (1996) relatou a relevância da organização das mulheres e os entraves enfrentados pelas mesmas na defesa desta ação no interior do partido. A autora afirmou que a presença das mulheres enquanto um organismo coletivo foi fundamental nas mudanças ocorridas nas relações de gênero no interior do partido e nas vitórias alcançadas nos momentos de tomada de decisão.

Quanto aos desafios enfrentados pelas mulheres organizadas no processo interno de defesa da proposta de cotas, Godinho afirma que

“(...) os argumentos contra nós foram os mais variados: a qualificação da proposta como paternalista ou administrativa; o questionamento sobre a capacitação política das mulheres de cota; a dificuldade de se encontrar mulheres capazes e dispostas a assumir a direção; o risco de se fragilizar o partido ao se compor uma direção menos experiente; a visão da cota como uma penalidade ou imposição principalmente quando o número de vagas disponíveis é pequeno; a difícil compreensão e aplicabilidade do mecanismo numérico para o conjunto do partido; a crítica de que uma direção partidária não se pode compor por elementos que expressem interesses federativos ou corporativos; a cobrança de medidas globais ao invés de mecanismos localizados e finalmente a arbitrariedade e artificialidade de uma medida numérica ou percentual. Entre as mulheres observa-se com frequência um receio de se verem desqualificadas pelo argumento de que as mulheres de fato capazes não precisam do mecanismo das cotas e há dúvidas quanto a efetividade das mudanças que esta política possa engendrar.” (GODINHO, 1996, p. 154)

Ademais, Godinho enxerga a política de cotas como parte de uma estratégia geral que deve ser capaz de incidir no conjunto de mecanismos que favorecem a exclusão feminina. Assim, aponta a necessidade de adoção de ações complementares que contribuam para o desenvolvimento de condições para o bom desempenho das funções de direção pelas mulheres e para a mudança de hábitos e valores misóginos presentes no cotidiano das organizações (GODINHO, 1996).

No que tange à relevância do perfil ideológico para adoção de estratégias de promoção da participação de mulheres nos partidos políticos, a literatura tem indicado

que partidos de esquerda e partidos “verdes” têm incluído e estimulado mais a participação e engajamento político feminino (NORRIS & LOVENDUSKY, 1993). Cabe o destaque que as estratégias de ações afirmativas e a discriminação positiva tem sido as mais utilizadas por estes partidos. Todavia, elas têm buscado ampliar a participação nas esferas internas de poder do partido, não correspondendo, por outro lado, aos esforços despendidos para indicação de candidaturas para representação externa, que se tornam menos expressivas quando se tratam das mulheres (ARAÚJO, 2005). Por outro lado, os partidos mais conservadores e de perfil ideológico de direita tendem a adotar compromissos retóricos, adotando também o argumento da auto-regulação da competição eleitoral como princípio organizador do recrutamento e representação de mulheres (NORRIS & LOVENDUSKY, 1993).

A despeito das relações existentes entre os tipos de estratégias utilizadas e o perfil ideológico dos partidos, Clara Araújo (2005) afirma em seu estudo que as iniciativas adotadas pelos partidos para promoção da participação interna de mulheres vem perdendo a conotação ideológica, começando a tornar cada vez mais uniforme entre as organizações partidárias em geral. De acordo com a autora, a maior abertura dos partidos às demandas de participação feminina pode indicar, por um lado, a ampliação da legitimidade do tema na sociedade, e por outro, a percepção partidária de que a temática dos direitos das mulheres tem ganhado apelo eleitoral, sendo politicamente interessante a incorporação de alguma forma.

Já no que se refere à dimensão organizacional, observa-se que agremiações mais estruturadas, com regramento formal instituído, claro, tendem a permitir maior controle dos membros e melhores condições prévias de preparação e participação para aqueles membros que pretendem disputar por um cargo. Assim, tais partidos tendem a ser mais democráticos e possuírem melhores condições para participação feminina (ARAÚJO, 2005).

Cabe observar também que a competição eleitoral pode promover impacto nas modificações das políticas partidárias de inserção das mulheres nos espaços de poder (IBIDEM). Ao perceberem a força eleitoral das mulheres e a relevância de algumas pautas para captação de determinados perfis de eleitores, alguns partidos passam a adotar compromissos públicos em relação às causas feministas.

Por outro lado, os estudos existentes (NORIS, 1993; NORRIS& LOVENDUSKY, 2004; NORRIS, 2007) que abordam aspectos organizacionais relacionados à participação de mulheres em partidos políticos, referem-se ao contexto de partidos europeus, oriundos de democracias estáveis. Em que pese a relevância alcançada pela América Latina na ampliação da participação de mulheres na política, a criação dos mecanismos nacionais de mulheres, implantação das políticas de igualdade de gênero, os estudos sobre as experiências de partidos políticos latino americanos não tem se debruçado sobre as relações desiguais de poder existentes no interior destas organizações, as implicações destas para a participação, bem como os mecanismos propostos e experienciados pelas mulheres para superar tal situação. Em outras palavras, pode-se dizer que ainda é escassa a literatura que aborda como se dá a participação política das mulheres no interior dos partidos políticos no contexto da América Latina. Assim, esse trabalho torna-se importante por buscar construir contribuições a esta lacuna.

Dessa forma, compreendendo que as relações desiguais entre homens e mulheres também são vivenciadas e reproduzidas no interior das agremiações políticas, tendo inclusive efeitos organizativos, nos parece ser pertinente a investigação sobre as implicações que tal desigualdade proporcionam à participação e organização de mulheres no interior dos partidos políticos na América Latina.

Assim, alguns questionamentos podem nos auxiliar nestas reflexões, afinal, como se dá a participação das mulheres em partidos políticos na América Latina? Como se dá a participação das mulheres nas instâncias internas de tomada de decisão? Os partidos latinoamericanos têm realizado alterações em sua estrutura organizativa de modo a ampliar a participação das mulheres? As transformações no sistema político, a exemplo das cotas, têm influenciado a participação de mulheres no interior dos partidos? Existe algum método ou estratégia diferenciada de atuação das mulheres nestas organizações? As pautas específicas do segmento de mulheres são reconhecidas e incorporadas no programa ou plataforma partidária? Quais as similitudes e diferenças na participação das mulheres e das estratégias de organização adotadas em partidos de direita e esquerda?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da organização dos partidos políticos e seu funcionamento nos regimes democráticos tem sido objeto de estudo Ciência Política ao longo do último século (AMARAL, 2013). No entanto podemos dizer que ainda restam algumas lacunas a preencher no que se refere às contribuições científicas nesta temática, em especial no que tange à compreensão das relações de gênero entre os membros e as consequências destas no desenho organizacional das agremiações políticas.

Os estudos existentes que abordam a perspectiva de gênero no contexto dos partidos políticos se debruçam especialmente no debate institucional, com a preocupação de explicar a permeabilidade do sistema político para participação de mulheres, ou melhor, as condições de elegibilidade e representação das mesmas através dos partidos políticos (ALVARES, 2014; SACCHET, 2012; MATOS, 2007). Dessa maneira, pôde-se encontrar diversificadas análises relacionadas à instituição de cotas de representação para mulheres nos sistemas políticos e até mesmo a influência destes mecanismos na rota de ingresso das mulheres na disputa por cargos de representação (ARAÚJO, 2001; DIAZ, 2003; SPOHR, 2016).

Por outro lado, os estudos que apresentam contribuições referentes à participação de mulheres em partidos políticos se reportam ao contexto europeu, havendo, portanto, uma lacuna teórica no que se refere especialmente à reflexão do cenário regional das organizações políticas da América Latina. Apesar da relevância do aporte teórico conferido pela obra de Manuel Alcantara e Flávia Freidenberg, este também não buscou captar o grau de desigualdade de gênero no interior dos partidos latino-americanos e suas implicações nas estruturas organizativas, na divisão de tarefas, na construção das lideranças, nos processos decisórios, articulações políticas externas, dentre outros aspectos.

Haja vista a importância dos partidos políticos nos regimes democráticos, inclusive no contexto latino-americano, a realização de estudo sistematizado sobre a participação de mulheres nos partidos é importante para aprofundamento sobre as transformações ocorridas nos partidos com a ampliação da participação de mulheres, bem como das implicações que a auto-organização na promoção de transformações e maior democratização destes instrumentos. Deste modo, compreendemos ser essa uma

agenda de pesquisa necessária no contexto dos estudos organizacionais de partidos políticos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo. *O que sabemos sobre a organização dos partidos: uma avaliação de 100 anos de literatura*. Revista Debates, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

ARAÚJO, Clara. *Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina*. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto, 2010

_____. *Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

_____. *As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais*. Dados vol.44 no.1 Rio de Janeiro, 2001.

ALVARES, Maria Luzia Miranda. *Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira: quem vota? quem se candidata?* Cadernos Pagu, 43, p. 119-167, julho-dezembro de 2014.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. *Democracia e Organização nos Partidos Políticos: revisitando os microfundamentos de Michels*. Revista de Sociologia Política, v.20, nº44:83-95, novembro, 2012.

DIAZ, Mercedes Mateo. *As cotas fazem diferença? Ações positivas no parlamento Belga*. Opinião Pública, Campinas, Vol IX, No 1, 2003, pp.68-97.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Editora Guanabara. 3a edição, 1987.

GODINHO, Tatau. *Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores*. Revista de Estudos Feministas, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ e PPCIS/UERJ, 1996.

LOVENDUSKI, Joni. *The dynamics of gender and party*. In: KOOK, Mona Lena; CHILDS, Sara. *Woman, Gender and Politics: a reader*. Chapter 9. Oxford, University Press, 2010.

MEDDING, P. Y. *A Framework for the Analysis of Power in Political Parties*. *Political Studies*, Malden, v. 18, n. 1, p. 1-17, Mar, 1970.

MATOS, Marlise; et all. *Cotas de Gênero para o reconhecimento das Mulheres na Política: Um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru*. Recife, XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1o de junho de 2007.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. *Gênero e representação política*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1aed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Teoria política feminista e liberalismo: O caso das cotas de representação*. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 15 no 44 outubro,2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

NORRIS, Pipa. *Women's legislative participation in western Europe*. West European Politics Vol. 8, Iss. 4,1985. Page 90-101 | Published online: 03 Dec. 2007.

_____. *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge University Press, 1997.

_____. *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge University Press, 2004.

NORRIS, Pipa; LOVENDUSKY, Joni. *Political representation and recruitment: gender, race and class in the British parliament*. Cambridge University Press, 2004.

NORRIS, Pipa; LOVENDUSKI, Joni. *Gender and Party Politics*. London: Sage. 1993.

PHILLIPS, Anne. 2001. *De uma política de ideias a uma política de presença?* Revista Estudos Feministas, 9, 1:268-290.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SACCHET, Teresa. *Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 20 (2): 256, maio-agosto, 2012.

SPOHR, Alexandre Piffero; et all. *Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016.

[1] No original: “(...) los partidos con um alto grado de democracia interna cuentan con militantes que acatan con mayor predisposición las resoluciones del partido, y, em sentido contrario, que los partidos con menor democracia interna cuentan com militantes menos proclives a acatar las resoluciones del partido, se pueden considerar dos grupos de partidos. (p.144)